

MUNDO ECONÔMICO

ARTIGO 3

**DISTRIBUIÇÃO E CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DO ESTOQUE
DE EMPREGO NAS ATIVIDADES ESSENCIAIS NO MARANHÃO:**

UMA PROPOSTA A PARTIR DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL
D.O.I 10.47592/MUNDECO7032021



V.7 N.2 | 2020

PERIODICIDADE | SEMESTRAL

AGO - DEZ

ISSN 2594-4592

D.O.I edição: 10.47592/MUND0721



www.imesc.ma.gov.br

ARTIGO 3

DISTRIBUIÇÃO E CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DO ESTOQUE DE EMPREGO NAS ATIVIDADES ESSENCIAIS NO MARANHÃO: UMA PROPOSTA A PARTIR DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL

AUTORES:

Wilson França Ribeiro Filho: Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Maranhão. Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão. Professor substituto da Universidade Estadual do Maranhão e Assistente-técnico da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento de São Luís. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Economia Regional Aplicada (ERA), cadastrado no CNPq. Contato: wilson.fg5@hotmail.com.

João Carlos Souza Marques: Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Maranhão. Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão. Superintendente de Assuntos Fiscais da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Maranhão. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Economia Regional Aplicada (ERA), cadastrado e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Macroeconomia – (GRAMMA) ambos cadastrados no CNPq. Contato: joao_csm@hotmail.com.

Ricardo Zimbrão Afonso de Paula: Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-UNICAMP). Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão. Pesquisador-líder do Grupo de Pesquisa Economia Regional Aplicada (ERA), cadastrado no CNPq. Contato: ricardo.zimbrao@gmail.com.

D.O.I 10.47592/MUNDECO7032021

RESUMO

Como principal medida de enfrentamento ao COVID-19, o fechamento temporário das atividades econômicas não essenciais teve como objetivo evitar aglomerações em espaços urbanos que acelerassem a taxa de contágio viral, atrasando um possível aprofundamento do cenário pandêmico mundial no Brasil. Contudo, esta medida adotada não obteve uma aceitação ampla por parte da classe política, do empresariado e dos trabalhadores que se viram em um cenário de brusca redução do nível de renda e emprego nacional. Deste modo, partindo do estado do Maranhão como referencial econômico-espacial, faz-se uma análise da distribuição espacial dos setores econômicos, utilizando o estoque de emprego formal com base nos dados da RAIS para o ano de 2018, priorizando os setores econômicos não-essenciais definidos por decreto do Governo Estadual, e mensurando os possíveis impactos do fechamento temporário destes setores nos municípios maranhenses. A partir destes impactos, intenta-se esboçar uma proposta de retomada da atividade econômica local através das conclusões obtidas durante o processo analítico do comportamento econômico-espacial dos setores de atividades.

Palavras-chave: Economia. Economia regional. Atividades Econômicas. Especialização produtiva. COVID-19. Maranhão.

ABSTRACT

As the principal measure in combat to the COVID-19, the temporary shutdown of economic activities had the objective avoid agglomerations in urban spaces that accelerated the viral contagion rate, retarding one possible deepening of the pandemic world scenario in Brazil. However, this measure has not the most acceptance for part the political, business and workers classes whom income and employment has decrease severely in this scenario. Thus, assuming Maranhão State as reference economic-spatial, was made an analysis of spatial distribution of economic sectors, using the formal employment stock with database of RAIS for the year 2018, prioritizing the sectors non-essentials economics defined for state government decree, and measuring the possible impacts of the temporary closure of these sectors in the cities of Maranhão. From those impacts, intent to sketch a proposal of economic local activity recovery through the conclusions obtained during the analysis of economic-spatial behavior the activities sectors.

Keywords: Economics. Regional Economy. Economic Activities. Productive specialization. COVID-19. Maranhão.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, antes do início da crise de saúde pública causada pela COVID-19, já apresentava, no começo do ano de 2020, incertezas econômicas dado o desmonte da antiga matriz de política econômica dos governos passados e a ascensão de novo regime econômico que prioriza o esboço de um programa de privatizações e com poucas mudanças estruturais na economia brasileira. Com o advento da crise sanitária, as incertezas conjunturais se somaram às medidas de enfrentamento ao cenário pandêmico e acentuaram o fosso estrutural evidenciando que as consequências destas medidas seriam maiores do que haviam esperado.

Com destaque ao emprego formal, a crise sanitária demonstrou que o nível de emprego é pouco protegido pelo sistema social de proteção ao trabalho, e os baixos níveis salariais impedem a rápida recuperação da atividade econômica, induzindo uma situação de enclave setorial no Brasil. Além disso, as medidas do Governo Federal, as quais podemos destacar o Programa Emergencial de Suporte à Empregos e a abertura de linhas de créditos aos empresários para custeio das folhas de pagamento, mostraram-se ineficazes, pois há inúmeras dificuldades e entraves burocráticos que impedem o alcance dos auxílios até a ponta da estrutura produtiva nacional.

É importante destacar que em meio à pandemia, as desigualdades setoriais e regionais tenderam a acirrar-se, pois a expansão do contágio viral da COVID-19 não possui uniformidade – algumas regiões apresentam crescimento mais acelerado que outras – culminando no descompasso das medidas de enfrentamento entre os estados e, até mesmo, dos Municípios dentro da mesma Unidade da Federação.

Esta falta de sincronia, fruto da incapacidade de coordenação nacional, dado a irresponsabilidade do governo federal em manter seus discursos e políticas consistentes, sobretudo, no que constam as recomendações internacionais de enfrentamento e atenuação dos impactos desta crise, à exemplo das flexibilizações antecipadas das atividades econômicas, da retomada da normalidade antes do controle da curva de contágio do COVID-19 e movimentos políticos de aglomeração de pessoas, irá desencadear no país, de forma muito mais acelerada que no resto do mundo, o que discute Lakner et al (2020), uma ampliação drástica do contingente de extremamente pobres¹ no qual espera-se para o globo, em cenário otimista, crescimento de pelo menos 100 milhões de pessoas nestas condições, e pelos menos outras 300 milhões empurradas para baixo na escala de pobreza.

Dessa maneira, uma análise setorial e espacial das atividades econômicas possibilita maior e melhor compreensão dos possíveis impactos das medidas econômicas de combate a COVID-19, tal como, elaborar uma agenda de contramedidas para enfrentar

¹Aqueles que recebem menos de US\$ 1,90 por dia, definição estabelecida pelo Banco Mundial a pessoas que sobrevivem com menos de US\$ 1,90 por dia. (WORLD BANK, 2019)

a crise econômica atual estruturada sob os pilares das condições previamente existentes nas regiões, em termos de distribuição da atividade econômica, possibilitando mais rápida recuperação da economia.

Partindo do estudo da economia regional, enfatizando a espacialização e especialização setorial, usa-se o Maranhão como objeto de análise, por três motivos: 1) a conjuntura política nacional que desconstrói precocemente as medidas necessárias ao combate da COVID-19; 2) os extremamente pobres importam e serão ampliados. O Maranhão é o estado brasileiro com o maior contingente de extremamente pobres e o menor PIB per capita (IBGE, 2016) e; 3) a ausência de estudos técnicos sobre a temática no estado, desta forma, estrutura-se o presente artigo em três partes, além desta introdução e das considerações finais.

A primeira seção deste artigo compreende na definição das atividades econômicas essenciais, utilizando o Decreto Estadual nº 35.731/2020, e na análise do mercado de trabalho formal do Maranhão, com os dados mais recentes sobre o estoque de trabalho da RAIS² para o ano de 2018³. Nesta seção, o objetivo é traçar um breve panorama do mercado de trabalho formal no Maranhão, analisando como as atividades essenciais estão distribuídas setorialmente, usando a classificação de seção de atividade da Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0 - CNAE 2.0 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

A segunda seção parte dos fundamentos de economia e ciência regional, com a aplicação dos métodos do Quociente Locacional, Coeficiente de Florence, Índice de Ubiquidade e Índice de Diversidade para identificar a distribuição espacial dos setores de atividade econômica, verificando se existe uma possível concentração espacial de algum setor de atividade ou de possível especialização produtiva. Através destes índices é possível investigar os impactos econômicos das medidas de combate ao COVID-19 no estado do Maranhão.

Por fim, a terceira seção utiliza-se das conclusões obtidas através da aplicação dos indicadores anteriores para esboçar os fundamentos necessários à elaboração da proposta de retomada do crescimento econômico regional no Maranhão. Explorando a distribuição espacial e setorial das atividades econômicas, a agenda precisa se alinhar com as condições estruturantes do estado, de maneira que o esboço da recuperação econômica regional e

² Relação Anual das Informações Sociais, estatística laboral divulgada pela Secretaria Especial do Trabalho e Previdência Social, do Ministério da Economia, que analisa o comportamento do estoque de emprego formal de uma determinada localidade.

³ Em 2020, a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, alterou a metodologia do cômputo do emprego formal. A partir de 2020, os empregadores passarão a inserir as informações sobre as movimentações dos seus empregados no Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e social). A Nota Técnica **Substituição da captação dos dados do CAGED pelo e Social**, do Ministério da Economia está disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/images/Novo_CAGED/Nota%20t%C3%A9cnica%20substitui%C3%A7%C3%A3o%20CAGED_26_05.pdf>

local passe por estímulos pré-existent, buscando uma resposta rápida para a crise atual.

Nas considerações finais, é feito uma breve síntese do trabalho, destacando que, por mais veloz que seja a necessidade de recuperação econômica, a presença de uma agenda econômico-produtiva de caráter conjuntural e adversa não oblitera a imprescindibilidade de uma agenda econômica estruturante.

2 A DEFINIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS ESSENCIAIS E NÃO ESSENCIAIS E O MERCADO DE TRABALHO FORMAL DO MARANHÃO EM 2018

O Decreto nº 35.731/2020, do Governo do Estado do Maranhão (MARANHÃO, 2020, p. 2), em seu art. 4º, definiu como atividades essenciais os setores que envolvem: (I) assistência médico-hospitalar; (II) distribuição e comercialização de medicamentos e de material médico-hospitalar; (III) distribuição e a comercialização de gêneros alimentícios; os (IV) serviços relativos ao tratamento e abastecimento de água; (V) serviços relativos à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis; (VI) serviços de captação e tratamento de esgoto e lixo; (VII) serviços funerários; (VIII) serviços de telecomunicações; os (IX) processamentos de dados ligados à serviços essenciais; (X) segurança privada; (XI) imprensa; a (XII) fiscalização ambiental; (XIII) borracharias, oficinas e serviços de manutenção e reparação de veículos, inclusive os realizados por concessionárias; (XIV) locais de apoio para os trabalhos dos caminhoneiros; (XV) distribuição e comercialização de álcool em gel e produtos de limpeza; (XVI) clínicas, consultórios e hospitais veterinários e serviços correlacionados; (XVII) atividades industriais; (XVIII) fabricação e comercialização de materiais de construção e os serviços de construção civil; (XIX) serviços de fabricação, distribuição e comercialização de produtos óticos; (XX) atividades de empresas do segmento do controle de vetores e pragas urbanas; (XXI) atividades internas de instituições de ensino; e (XXII) atividades de recebimento e processamento de pagamento a empresas comerciais.

A definição deste rol de atividades essenciais por parte do Decreto Estadual (MARANHÃO, 2020) teve como objetivo reduzir as aglomerações populacionais movidas pela dinâmica econômica e, ao mesmo tempo, evitar que a economia maranhense desacelerasse bruscamente em um possível fechamento total das atividades econômicas. Desta maneira, cumpria-se, em tese, as medidas sanitárias necessárias para o enfrentamento ao COVID-19 e garantia o mínimo de atividade econômica, possibilitando até a produção de insumos necessários para o sistema de saúde maranhense. Aplicando o conceito de seção de atividade da CNAE 2.0⁴, é possível separá-las e estruturá-las, conforme **Quadro 1**.

⁴Classificação Nacional de Atividades Econômicas é a classificação oficialmente adotada pelo Sistema Estatístico Nacional e pelos órgãos federais gestores de registros administrativos. Disponível em: <https://concla.ibge.gov.br/documentacao/cronologia/204-concla/classificacao/por-tema/1365-cnae-2-0.html>.

Quadro 1 - Classificação das atividades econômicas essenciais e não-essenciais segundo o critério de seções de atividade da CNAE 2.0

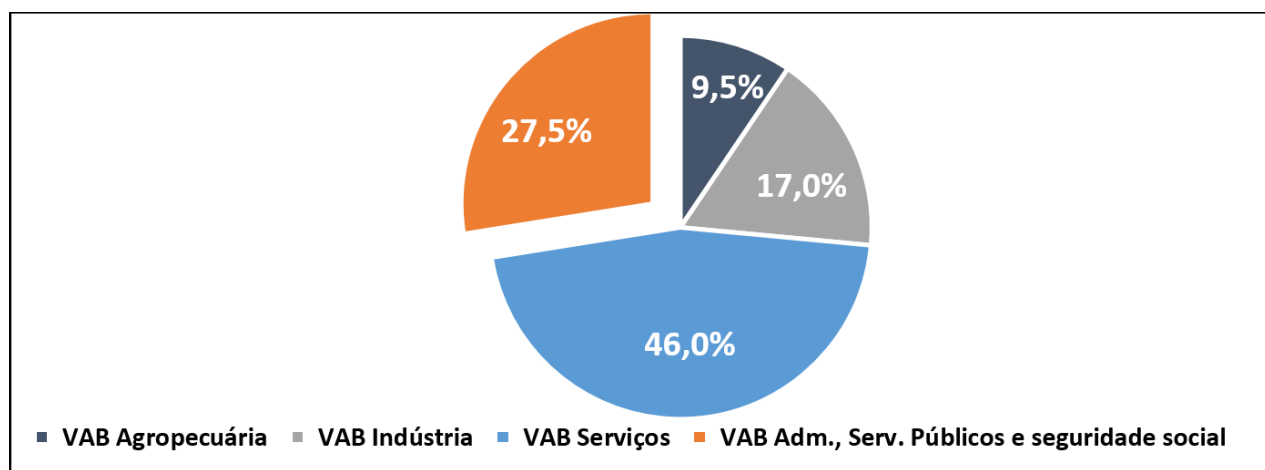
Atividades Essenciais	Atividades Não-Essenciais
Alojamento e Alimentação	Administração Pública, Defesa e Seguridade Social
Água, Esgoto e Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	Atividades Administrativas e Serviços Complementares
Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	Atividades Imobiliárias
Construção	Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas
Educação	Artes, Cultura, Esporte e Recreação
Eletricidade e Gás	Outras Atividades de Serviços
Indústrias Extrativas	Serviços Domésticos
Indústrias de Transformação	Transporte, Armazenagem e Correio
Informação e Comunicação	
Saúde Humana e Serviços Sociais	

Fonte: Elaboração própria

Conforme **Quadro 1**, 11 setores de atividade econômica foram classificados como atividades econômicas essenciais e nove setores foram classificados como atividades econômicas não essenciais. De acordo com a RAIS, para o ano de 2018, os setores essenciais acumularam 41,68% do total de vínculos ativos, com estoque 331.420 empregos formais. Enquanto isso, os setores não essenciais obtiveram 435.723 empregos formais, sendo responsáveis por 58,32% dos vínculos formais do Estado do Maranhão.

Em relação ao quantitativo dos estabelecimentos, os setores essenciais correspondem a 71,97%, com 33.558 estabelecimentos formais, de acordo com a RAIS para o ano de 2018. Já os setores não essenciais apresentam apenas 28,03% do quantitativo total, com 13.069 estabelecimentos formais. Esta discrepância entre a concentração de empregos formais nas atividades econômicas não essenciais e a concentração de estabelecimentos em setores essenciais se dá ao fato do setor da Administração Pública possuir peso muito significativo no Maranhão (**Gráfico 1**). Este setor concentra 1,11% dos estabelecimentos formais, com um quantitativo de 511 estabelecimentos, mas tem 304.618 vínculos formais, com 40,77% do total de empregos no estado do Maranhão.

Gráfico 1 - Distribuição do Valor Adicionado Bruto (VAB) do PIB Maranhense por Setor em 2017. Valores em % do VAB Total ou PIB líquido de Impostos e Subsídios



Fonte: IBGE (2020)

Logo, nesta primeira análise descritiva do mercado de trabalho formal, a aplicação do Decreto Estadual (MARANHÃO, 2020), em tese, restringe a atuação de aproximadamente dois terços dos empregos formais no Estado, mas permite o funcionamento de 71,97% dos estabelecimentos, o que torna a medida parcialmente eficaz. Ao manter alto quantitativo de empresas funcionando em meio à crise econômica, evita-se um impacto maior na dinâmica econômica, em tese, mas como boa parte do quantitativo dos empregos formais se encontram nos setores não essenciais, o impacto econômico ainda é consideravelmente significativo, o que requer maior aprofundamento da análise produtiva no Maranhão.

Contudo, algumas evidências precisam ser ponderadas antes do prosseguimento desta análise regional. A primeira está relacionada ao setor da administração pública. Por ser um setor com maior estabilidade no emprego (vide art. 41 da Constituição Federal de 1988), portanto, com pouca redução no contingente de empregados decorrente das flutuações econômicas, é difícil influir que esta alta concentração setorial tende a dirimir o nível da atividade econômica local. O segundo destaque está relacionado à concentração empresarial nos setores não essenciais. Como nesta análise inicial, não foram computadas variáveis como tamanho do estabelecimento e não foi possível quantificar se as medidas sanitárias não implicaram em redução das jornadas de trabalho, também não é possível inferir que se a permanência da abertura destes setores auxiliou na contenção da desaceleração econômica.

3 ANÁLISE DA ESPECIALIZAÇÃO E ESPACIALIZAÇÃO SETORIAL-PRODUTIVA DO EMPREGO NO MARANHÃO

A economia regional tem como objetivo analisar a dinâmica econômica, enfocando o comportamento espacial dentro das atividades setoriais. Isard et al (1998) experimenta seus primeiros modelos econômicos regionais analisando a distribuição dos setores industriais e de serviços, observando se a questão locacional afeta os custos e a distribuição da produção empresarial. Partindo da matriz econômica regional, a análise da espacialização e especialização regional é feita de maneira a avaliar a estrutura produtiva maranhense.

O primeiro indicador a ser utilizado é o Coeficiente de Florence (MONASTERIO, 2011⁵), cujo objetivo é identificar se o setor econômico é mais ou menos concentrado espacialmente, sendo $CL_k = 1/2 \sum_i |E_{ki}/E_k - E_i/E|$, onde: (i) E_{ki} o emprego no setor k na região i ; (ii) E_i o emprego na região i ; (iii) E_k , o emprego no setor k ; e (iv) E o emprego na região de referência, neste caso sendo o total de emprego no Maranhão. Para setores econômicos com CL_k próximo de zero, o setor econômico é mais distribuído espacialmente, da mesma forma que setores econômicos com CL_k mais próximo de um tendem a ser mais concentrados espacialmente.

Tabela 1 - Coeficiente de Florence para os setores de atividade segundo a seção da CNAE 2.0 com base nos dados da RAIS para 2018

Setores Econômicos	Coeficiente de Florence (CL_k)
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	0,1426
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	0,1843
Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	0,1852
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	0,2060
Alojamento e Alimentação	0,2223
Educação	0,2549
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	0,2573
Construção	0,2771
Informação e Comunicação	0,2810
Transporte, Armazenagem e Correio	0,2959
Água, Esgoto e Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	0,2973
Outras Atividades de Serviços	0,3035
Saúde Humana e Serviços Sociais	0,3107
Eletricidade e Gás	0,3260
Indústria de Transformação	0,3458
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	0,3675
Atividades Imobiliárias	0,3678
Indústria Extrativa	0,5623
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	0,6827
Serviços Domésticos	0,6969

Fonte: Elaboração própria

⁵Apud FLORENCE, P. S. Investment, location and size of plant. Cambridge University Press. Cambridge, 1948.

Em outras palavras, a utilização do Coeficiente de Florence permite identificar se existe alguma formação de clusters setoriais no Maranhão, o que pode inferir em conclusões distintas em meio ao cenário pandêmico atual. Utilizando o software R, utilizou-se a rotina feita por Figueiredo (2020b) para obter o Coeficiente de Florence para as seções de atividade da CNAE 2.0, sendo apresentados os resultados na **Tabela 1**, em ordem crescente.

Os setores mais concentrados espacialmente, utilizando o Coeficiente de Florence são: (I) Serviços Domésticos; (II) Agricultura, Pesca, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura; e (III) Indústrias Extrativas. Estes três setores, dado o resultado do Coeficiente para eles, indicam que estão concentrados em alguns municípios, com pouca ou nenhuma participação setorial no restante das localidades no Maranhão. Apesar disso, a média do Coeficiente de Florence fora de 0,3283, considerada relativamente média.

A partir da análise do Coeficiente de Florence segue-se para a aplicação do Quociente Locacional (BALLAND, 2017; FIGUEIREDO, 2020a) para iniciar a análise mais desagregada na estrutura laboral produtiva do Maranhão. Partindo das mesmas variáveis utilizadas anteriormente, o cômputo do Quociente Locacional é feito da seguinte maneira: $QL_{ki} = (E_{ki}/E_i) \div (E_k/E)$; onde o objetivo é analisar se a região identificada é mais ou menos especializada em determinado setor, considerando a participação setorial no contingente total de emprego da região, em comparação com a participação setorial da região de referência (MONASTERIO, 2011).

Caso $QL_{ki} > 1$, o setor é considerado muito especializado em comparação com a região de referência, indicando que aquela localidade, em tese, possa vir a ter eventuais vantagens comparativas naquele setor em relação aos demais. Entretanto, Monasterio (2011, p. 318) destaca que, devido à metodologia de cálculo e análise do Quociente Locacional, o método não analisa se o setor observado é mais ou menos intensivo em trabalho, podendo inferir conclusões precipitadas, como classificação do Setor como de baixa especialização, enquanto este possui alta grau de especialização, devido à presença de insumos tecnológicos mais intensivos em relação ao trabalho.

Diferentemente do Coeficiente de Florence, o qual foi utilizado todos os setores de atividade econômica, no Quociente Locacional foram escolhidos os setores da Administração Pública, Atividades Administrativas e Serviços Complementares, Outras Atividades de Serviços, Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas, Construção e Indústria de Transformação. Os três primeiros setores foram classificados como atividades econômicas não essenciais. Já os três últimos setores estão no rol das essenciais. O critério de escolha foi determinado pela quantidade de vínculos formais, sendo os setores que mais apresentaram empregos formais para o ano de 2018.

Além disso, dos 217 municípios maranhenses, foram selecionados apenas dez municípios, com base no produto interno bruto (PIB) para o ano de 2017, informação divulgada mais recente (IBGE, 2020), segregando-os em dois grupos de cinco. O primeiro composto pelos municípios com maiores PIBs e o segundo grupo pelos municípios com os menores. O intuito da divisão é o de reduzir o escopo de análise, de maneira a identificar o impacto da crise econômica nos municípios mais ricos e nos mais pobres para ver em qual ou quais destes setores será mais ou menos dependente da especialização produtiva.

Na **Tabela 2** são apresentados os municípios, o PIB e sua posição no ranking estadual. Na **Tabela 3** temos os resultados para os Quocientes Locacionais (BALLAND, 2017; FIGUEIREDO, 2020a) de cada um dos municípios pelos setores selecionados. Os Quocientes Locacionais foram calculados utilizando o pacote EconGeo (BALLAND, 2017; FIGUEIREDO, 2020a), no software R, pacote este voltado para cálculo de indicadores regionais de especialização e espacialização produtiva com base no quantitativo de emprego.

Tabela 2 - PIBs municipais a valores correntes dos cinco maiores e cinco menores municípios do Maranhão para o ano de 2017

Município	PIB em valores correntes em mil R\$	Posição no ranking estadual
São Luís	29.727.650	1º
Imperatriz	6.559.567	2º
Balsas	3.046.413	3º
Açailândia	2.202.287	4º
São José de Ribamar	1.996.204	5º
Porto Rico do Maranhão	42.030	213º
Benedito Leite	39.864	214º
Nova Iorque	36.931	215º
São Raimundo do Doca Bezerra	35.583	216º
Bacurituba	35.188	217º

Fonte: IMESC (2019)

Tabela 3 - Quocientes Locacionais (QL) dos cinco municípios melhores e dos cinco municípios piores com base na RAIS para o ano de 2018

Municípios	QL da Administração Pública	QL do Atividades Administrativas	QL Outras Atividades de Serviços	QL do Comércio	QL da Construção	QL da Indústria de Transformação
São Luís	0,82	1,75	1,44	0,83	1,35	0,66
Imperatriz	0,47	0,96	0,71	1,66	1,61	1,86
Balsas	0,57	0,36	0,32	1,68	0,71	0,91
Açailândia	0,59	0,30	0,26	1,05	1,22	3,40
São José de Ribamar	0,50	2,00	0,36	1,29	1,82	1,17
Porto Rico do Maranhão	2,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benedito Leite	1,77	0,11	0,00	0,19	0,00	0,00
Nova Iorque	2,24	0,00	0,00	0,19	0,20	0,00
São Raimundo do Doca Bezerra	2,36	0,00	0,00	0,20	0,00	0,00
Bacurituba	2,30	0,23	0,00	0,22	0,00	0,00

Fonte: Elaboração própria.

Com base na análise do Quociente Locacional houve uma relativa tendência dos municípios mais bem colocados no ranque estadual do PIB (IMESC, 2019) a serem mais especializados nos setores essenciais em relação aos não-essenciais. Dos cinco mais bem classificados, apenas São Luís apresentou Quociente Locacional próximo de um, indicando maior especialização produtiva em relação aos demais. Contudo, devido São Luís ser a capital do Estado do Maranhão, é compreensível que haja certa concentração dos vínculos formais da Administração Pública nesta localidade.

No município de Açailândia, dentre os setores analisados e do grupo dos cinco melhores município sem termos de PIB, foi aquele que apresentou maior especialização produtiva em um setor, o setor da indústria de transformação, com $CL_{ki}=3,40$. Ainda em relação ao grupo dos cinco melhores municípios, foi indicado certo grau de especialização uniforme nos setores do comércio e da construção, tendo eles em sua maioria registrado valores para CL_{ki} maiores que um. Isso possibilita dizer que estes municípios apresentam perfil laboral e produtivo mais direcionado para os setores de comércio e construção.

Sobre São Luís, fazendo destaque a parte em relação aos municípios do mesmo grupo, o perfil laboral-produtivo se desenha próximo da atividades não-essenciais, apesar de apresentar grau elevado de especialização produtiva, no agregado das

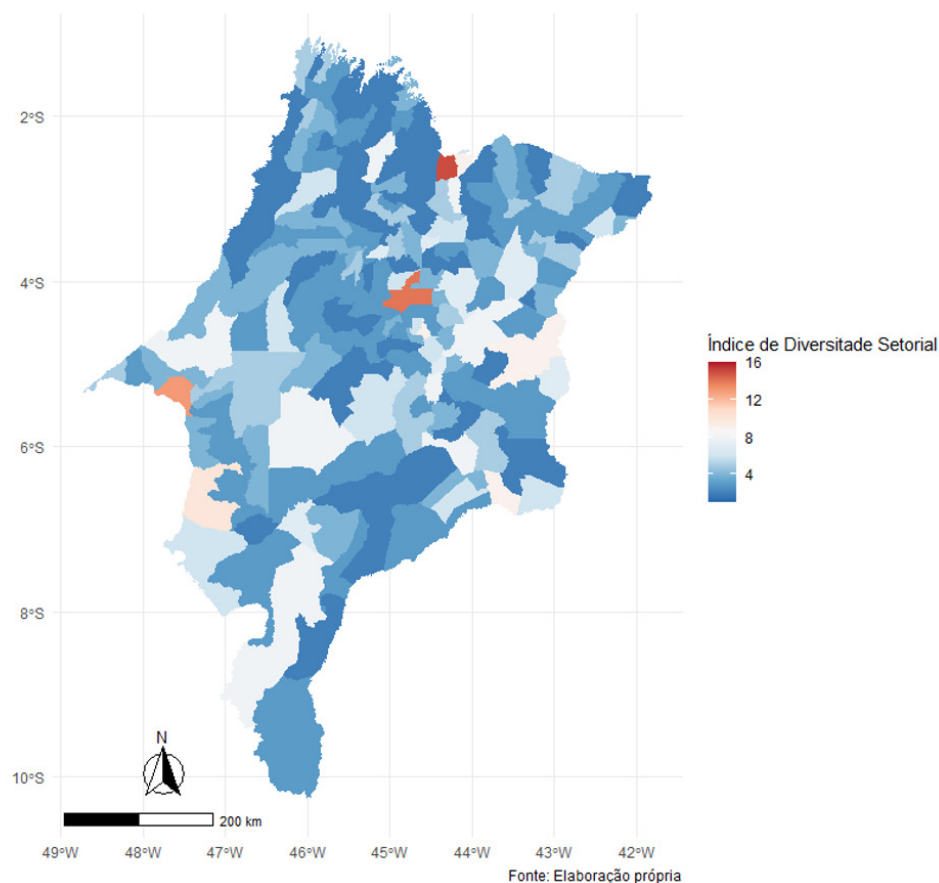
atividades econômicas essenciais. Os Quocientes Locacionais dos setores de atividades administrativas e de serviços foram superiores a todos os demais Quocientes dos setores não-essenciais, intentando uma análise posterior pouco diferente em relação aos demais municípios do mesmo grupo.

Em relação aos cinco piores municípios, quase todos apresentaram ao menos um setor econômico essencial com Quociente Locacional igual a zero. Isso revela que estes municípios praticamente não apresentam vínculos formais nestes setores, sinalizando relativa dependência das atividades econômicas não-essenciais.

Sobre estas atividades não-essenciais, o destaque fica para o setor da Administração Pública, que concentra quase que a totalidade do perfil laboral-produtivo dos cinco piores municípios. Entretanto, da mesma forma que o grupo de setores essenciais, ao menos um dos setores não-essenciais dos cinco piores municípios apresentou Quociente Locacional igual a zero.

Desta maneira, intenta-se observar que estes municípios apresentam especialização produtiva fortemente guiada no setor da Administração Pública, demonstrando certa fragilidade econômica, pois, sem este setor, a dinâmica produtiva dos municípios analisados seria nula. Sendo assim, considerando o cenário pandêmico atual, eventuais desinvestimentos da máquina pública na região acentuariam o grau de pobreza, conforme indicado pelo PIB de cada um destes municípios (IMESC, 2019).

Figura 1 - Mapa do Índice de Diversidade Setorial do Maranhão para o ano de 2018



Para maior observância da especialização produtiva maranhense, é calculado o índice de diversidade setorial (BALLAND, 2017; FIGUEIREDO, 2020a) dos municípios do Maranhão. O objetivo por trás do índice é calcular quantos setores econômicos apresentam Quociente Locacional maior que um, $CL_{ki} > 1$, de maneira ao indicar uma alta especialização multisetorial em cada uma das regiões de análise. Na **Figura 1** é apresentado o mapa do índice de diversidade setorial (FIGUEIREDO, 2020a).

Conforme observado na **Figura 1**, o Maranhão apresenta uma média de, aproximadamente, quatro setores especializados por município, $CL_{ki} > 1$, indicando existência de baixa especialização multisetorial por município. Ainda dentro da análise das medidas de posição, a mediana calculada para o índice foi de três setores especializados por município, indicando que existe uma concentração de municípios pouco especializados de forma multisetorial relativamente abaixo da média.

Os cinco municípios com maior especialização multisetorial foram: (I) São Luís, com quinze setores; (II) Bacabal, com quatorze setores; (III) Imperatriz, com 13 setores; (IV) Estreito, com dez setores; e (V) Porto Franco, com dez setores. Destes municípios, São Luís e Imperatriz foram os únicos que estiveram no grupo dos cinco municípios de maior PIB no Maranhão, enquanto os municípios de Bacabal, Estreito e Porto Franco não estavam no rol dos municípios selecionados e agrupados conforme ranking do PIB municipal. A **Tabela 4** apresenta a quantidade de setores especializados em ordem decrescente, de acordo com o critério utilizado para o agrupamento e do número de setores especializados.

Tabela 4 - Quantidade de setores especializados dos municípios para o ano de 2018, em ordem decrescente, segundo ranking do PIB municipal e do número de setores especializados

Municípios	Quantidade de Setores Especializados	Ranking PIB Municipal
São Luís	15	1º
Imperatriz	13	2º
São José de Ribamar	9	5º
Açailândia	8	4º
Balsas	8	3º
Benedito Leite	3	214º
Nova Iorque	3	215º
Bacurituba	2	217º
Porto Rico do Maranhão	2	213º
São Raimundo do Doca Bezerra	2	216º

Fonte: Elaboração própria

Por fim, utilizando a rotina de Figueiredo (2020a; ver também BALLAND, 2017), é computado o índice de ubiquidade para o Maranhão. Este índice visa calcular o número de localidades onde cada setor é considerado especializado, com Quociente Locacional maior do que um ($CL_{ki} > 1$). Na **Tabela 5** é apresentado o valor do em ordem decrescente, para cada setor.

Tabela 5 - Índice de Ubiquidade para os setores de atividade econômica, segundo CNAE 2.0, do Maranhão para o ano de 2018

Setores Econômicos	Índice de Ubiquidade
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	140
Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	116
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	92
Transporte, Armazenagem e Correio	89
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	89
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	69
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	63
Outras Atividades de Serviços	62
Construção	56
Indústria de Transformação	51
Alojamento e Alimentação	50
Saúde Humana e Serviços Sociais	48
Informação e Comunicação	47
Educação	47
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	39
Água, Esgoto e Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	27
Atividades Imobiliárias	25
Eletricidade e Gás	24
Indústria Extrativa	17
Serviços Domésticos	10

Tabela 5 - Índice de Ubiquidade para os setores de atividade econômica, segundo CNAE 2.0, do Maranhão para o ano de 2018

A análise do índice de ubiquidade (BALLAND, 2017; FIGUEIREDO, 2020a) permite identificar com maior acurácia a concentração setorial-espacial do Maranhão. O setor da administração pública é fortemente especializado em 64,51% dos municípios maranhenses, reforçando uma participação significativa deste setor na estrutura laboral-produtiva estadual. Logo atrás, o setor de comércio tem participação de 53,45% da especialização no Maranhão. Conforme **Quadro 1**, cada um destes setores corresponde aos principais setores, respectivamente, das atividades não essenciais e essenciais delimitadas pelo Decreto Estadual (MARANHÃO, 2020).

Os indicadores utilizados na análise da especialização e espacialização produtiva do Maranhão indicam um perfil econômico ligeiramente equilibrado entre os setores econômicos essenciais e não-essenciais. Todavia, este equilíbrio é dado devido a participação significativa do setor da Administração Pública, fortemente especializado e espacialmente desconcentrado, permitindo maior inserção deste setor na atividade econômica do Estado. Ao descontar este setor, fica claro a ligeira mudança do perfil produtivo maranhense para

os setores econômicos não essenciais.

Um perfil econômico concentrado nestes setores, dentro do cenário e das medidas de enfrentamento ao COVID-19, leva a forte desaceleração econômica regional, retardando substancialmente o processo dinâmico da atividade produtiva e criando um efeito multiplicador territorial, devido a distribuição homogênea e altamente especializada dos setores econômicos não essenciais. Sendo assim, a construção de uma agenda de recuperação econômica precisa tomar tais fatores em consideração.

3 FUNDAMENTOS PARA UMA PROPOSTA DE CRESCIMENTO REGIONAL PÓS-PANDEMIA

Na ciência regional (ISARD, 1998), as agendas de crescimento econômico perpassam por caminhos que visam fortalecer os efeitos a montante e a jusante da cadeia produtiva, reduzindo os custos locacionais e otimizando o processo produtivo. A otimização neste caso não faz referência a velocidade da produção, necessariamente, mas na alocação ótima dos insumos a disposição. Em uma análise primária, os principais insumos em voga são as matérias primas e a força de trabalho.

No contexto do enfrentamento ao COVID-19, as medidas econômicas visam, dado o consenso político e social no contexto pandêmico, dirimir o efeito da queda do nível de atividade econômica, redirecionando os gastos públicos para a contenção do nível de renda e emprego, sustentando o mercado de trabalho e garantindo a proteção à vida. Contudo, em uma análise regional, a especialização produtiva das regiões, considerando a distribuição espacial e setorial, pode tornar-se um empecilho a partir do momento em que os esforços do Estado, sendo tanto a União quanto o Governo Estadual, tenham dificuldades em atingir a ponta da cadeia produtiva.

Além disso, a concentração dos empregos formais em setores de atividades não essenciais e com distribuição homogênea no espaço, conforme visto no Maranhão, tendem a acirrar ainda mais o processo. Logo, como uma agenda econômica pode ser construída considerando esta distribuição uniforme e altamente especializada dos setores não essenciais? Ao nosso ver, deve partir de uma conexão produtiva intersetorial, deslocando os efeitos da especialização produtiva para setores menos especializados, pautados nos setores econômicos não essenciais, e não distribuídos uniformemente, juntamente com a formação de mercados microrregionais que sustentem um efeito provisório de aquecimento da atividade econômica.

Em outras palavras, incentivos nos setores menos especializados e mais concentrados espacialmente tendem a criar pequenos efeitos multiplicadores no escopo de sua matriz regional. O objetivo desses incentivos é realocar, setorialmente, a massa laboral que tende a

ficar desocupada em meio à crise e absorver os efeitos adjacentes da perda dos empregos, de modo a retardar a desaceleração econômica e criar um efeito contrário a queda do nível de atividade. É algo próximo do que foi introduzido por Isard (1998), mas em menor escala, de um modelo econômico input-output, considerando efeitos intrarregionais dentro dos municípios maranhenses.

Desse modo, a criação de novos mercados passaria a ser fruto de uma nova especialização produtiva resultante da transferência do excedente laboral, este em condições de desocupação devido à crise, dos setores não essenciais para os essenciais, garantindo-os um breve sustentáculo enquanto a crise econômica consequente das permanências das medidas de combate a COVID-19. Todavia, uma agenda pautada neste modelo passa a ter suas limitações, devido a um escopo restrito de análise econômica. Conforme destacado por Monasterio (2011), o Quociente Locacional, por exemplo, não demonstra se os setores econômicos analisados são intensivos ou não em trabalho, desconsiderando o fator tecnológico na produção.

Além disso, a análise do Coeficiente de Florence considera uma distribuição do estoque setorial dentro de uma análise espacial, mas não suscita investigações mais profundas sobre, por exemplo, o nível médio de renda de cada setor. Também estão sendo postas à parte da análise estática, os eventuais componentes estruturantes da economia local que possam auxiliar ou não um processo de retomada econômica. Aqui, é destacado que, num primeiro momento, a recuperação econômica é pautada estritamente em uma retomada do crescimento do nível de emprego formal, o que enrijece a análise regional do crescimento econômico e limita-a em mera geração automática de emprego formal.

Contudo, por tratar-se de fundamentos que embasem uma necessidade de proposta de agenda de recuperação econômica e pela urgência em uma resposta rápida da economia local, este tipo de inferência é perfeitamente compreensível dado as limitações do escopo regional. Sendo assim, fundamentam-se as linhas para um dos critérios necessários para uma eventual agenda de retomada do crescimento econômico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do artigo, partindo da delimitação e definição das atividades econômicas não essenciais, intentou-se, com base na análise regional e na aplicação dos indicadores de espacialização e especialização produtiva regional, fundamentar as necessidades de uma agenda de retomada de crescimento econômico, com base no estímulo dos setores não essenciais e na criação de pequenos mercados intrarregionais, contrabalanceando os efeitos da crise econômica.

Entretanto, em razão da metodologia empregada partir de um comportamento estático da dinâmica econômica e em concentrar seus esforços apenas na geração de emprego como solução imediata, sem eventuais investigações sobre a qualidade do emprego gerado, ainda não é possível a estruturação completa de uma agenda de crescimento econômico regional. Ainda assim, a metodologia de análise regional prevê que mesmo uma análise considerada incipiente possa trazer resultados no curto prazo, de modo que as economias locais sempre possam reagir a estímulos de geração de emprego, tanto pelo reaquecimento do fluxo circular de renda, quanto pelas razões sociais em evitar que mais mazelas surjam em meio ao cenário pandêmico atual. Sendo assim, é considerado que a metodologia empregada para a concepção dos fundamentos possa atingir resultados, conforme citado anteriormente, visando apenas estritamente o curto prazo.

Deste modo, ficam abertas as possibilidades para uma investigação mais elaborada sobre novas medidas e eventuais ações que possam se desenhar como estratégias de crescimento econômico regional. Seja através da aplicação dos indicadores de ubiquidade, de concentração ou de especialização produtiva como os apresentados neste artigo, como na incorporação do cruzamento com outras teorias à exemplo da complexidade das mercadorias produzidas e o desenvolvimento de economias de escala e de cadeias produtivas interligas, pois a economia regional fornece os insumos que, compilados aos demais fundamentos da teoria econômica e da própria ciência regional, servem de medida efetiva contra as crises e para o desenvolvimento socioeconômico.

REFERÊNCIAS

BALLAND, Pierre-Alexandre. **Economic Geography in R: Introduction to the EconGeo Package**. Papers in Evolutionary Economic Geography, 17 (09): 1-75, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**, 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca/brasil>. Acesso em: 22 jun. 2020.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONOMICOS E CARTOGRÁFICOS - IMESC. **Produto Interno Bruto dos Municípios Maranhenses** - 2017. v. 13, n. 1, jan./dez. São Luís: IMESC, 2019.

ISARD, Walter [et al]. **Methods of Interregional and Regional Analysis**. Regional Science Studies Series. First Published. Routledge, 1998.

FIGUEIREDO, Adriano Marcos Rodrigues. **Economia Regional em R: Indicadores de análise de especialização regional - QL, CE, KSI, RDI, DIV, UBIQ**. Campo Grande-MS, Brasil: RStudio/Rpubs, 2020a. Disponível em: https://rpubs.com/amrofi/regional_parte_2 e <<https://adrianofigueiredo.netlify.app/post/economia-regional-em-r-indicadores-de-analise-2/>>. Acesso em: 25. jun. 2020.

FIGUEIREDO, Adriano Marcos Rodrigues. **Economia Regional em R: Indicadores de localização - Coeficiente de Localização, Potencial de mercado, Centro econômico, Ellison-Glaeser, Separação espacial de Venables, Proximidade, Centralidade Urbana**. Campo Grande-MS, Brasil: RStudio/Rpubs, 2020b. Disponível em: http://rpubs.com/amrofi/regional_indicators_3 e <<https://adrianofigueiredo.netlify.app/post/economia-regional-em-r-indicadores-de-analise-3/>>. Acesso em: 25. jun. 2020.

LAKNER, C; MAHLER, D. G; NEGRE, M; PRYDZ, E.B. **How Much Does Reducing Inequality Matter for Global Poverty?**. Global Poverty Monitoring Technical Note. World Bank. 2020. Disponível em: <<http://documents1.worldbank.org/curated/en/765601591733806023/pdf/How-Much-Does-Reducing-Inequality-Matter-for-Global-Poverty.pdf>> Acesso em: 30 de jun. 2020.

MARANHÃO. [(Decreto do Poder Executivo)]. **Decreto nº 35.731, de 11 de abril de 2020**. São Luís, Maranhão: Governo do Estado do Maranhão, [2020]. Disponível em: <<https://www.diariooficial.ma.gov.br/>>. Acesso em: 25. jun. 2020.

MONASTERIO, Leonardo. **Indicadores de análise regional e espacial**. In CRUZ, Bruno de Oliveira [et al]. Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil. - Brasília: Ipea, 2011.

WORLD BANK. **Understanding Poverty**. World Bank Group. 2019. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/topic/poverty/overview>> Acesso em: 16 de fevereiro de 2020.

